

Ata da 277.ª reunião do Conselho da Ordem
dos Advogados, secção de Pernambuco

Aos vinte e sete dias do mês de agosto de mil novecentos e cinquenta e seis, por egessais horas, e no lugar de costume, reuniu-se a Ordem dos Advogados, secção de Pernambuco, sob a presidência do doutor José Calvalcanti Neves, servindo como primeiros e segundos secretários, respectivamente, João Emerenciano e Luiz Rafael Mayer, presentes ainda os Conselheiros Jorge Carneiro da Cunha, Assunto Elido, Carlos Moreira, Otton Sialfo, Ubaldo da Fonseca Neto, Roberto Araújo, Sérgio Aligino e João Pinheiro Lima. Inicialmente, o Senhor Presidente providenciou a procedesse eleição para representante desta secção no Conselho Federal, verificando-se, ao final dos trabalhos de apuração, terem sido eleitos para o desempenho daquela função os doutores Pontes Vieira, Antôgenes Góes e Coutinho de Aranha Salete, os dois últimos por unanimidade, o primeiro pela maioria de seis votos sobre cinco abstenidos, ao doutor Francisco Enacheto Porto. Em seguida foi apreciado o requerimento do Promotor Público Barros Lima, solicitando auxílio financeiro para socorrer às despesas a que se viu obrigado em virtude da grave enfermidade de que foi vítima. A propósito, o Conselho aprovou por maioria de votos o parecer da Secretaria no sentido de se conceder o auxílio solicitado na base de dez mil cruzeiros (R\$10.000,00), sendo votos divergentes os dos Conselheiros João Emerenciano e Carlos Moreira que concediam o auxílio

na base de trinta mil anzeiros. Finalmente a Desembargaria apresentou in consideração do Conselho a proposta orçamentária para o exercício financeiro de 1957. Na referida proposta, a receita é estimada em quatrocentos e cinquenta e cinco mil anzeiros (R\$ 455.000,00), e a despesa fixada em quatrocentos e quarenta e cinco mil anzeiros (R\$ 445.000,00), distribuída pelas seguintes dotações: Pessoal fixo: 96.000,00; Pessoal variável: 54.000,00; despesas gerais: 55.000,00; Móveis e utensílios: 50.000,00; melhoramentos e conservação das instalações: 50.000,00; Publicações: 70.000,00; Quota do Conselho Federal: 20.000,00; Auxílios: 50.000,00. A proposta prevê o saldo de dez mil anzeiros. Discutida, e submetida à votação, a proposta orçamentária foi aprovada unanimemente. Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a sessão, da qual lavrei a presente ata, que será assinada pela Mesa, depois de lida e aprovada. Em tempo: nesta mesma sessão foi lida a (sessão de) ata anterior, aprovada com restrição, afim de que dela constasse, como fica constando, a deliberação unânime do Conselho no sentido de dispensar do pagamento de multa, por falta às eleições, aos advogados que comparecessem às eleições realizadas a 5 do corrente, liquidando os seus demais débitos para com a Ordem. Do que para constar lavrei a presente ata.

Jui. Cavalcanti Moura - Presidente
 Luiz Severina
 Maria Lurfa - 2o. Sec.